| | | |
|---|---|---|
| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA | **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**<br>**PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA**<br>**COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO** | **ATA**<br><br>**Processo n° 80520948.000104/2026-22** |

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

**Ata de Reunião**

**28 de outubro de 2026**

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI e representantes das unidades administrativas e técnicas do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para tratar de assuntos relacionados à acessibilidade e inclusão, sob a presidência do Desembargador Rilton Góes Ribeiro. **1. MEMBROS PRESENTES:** Desembargador Rilton Góes Ribeiro, Presidente; Desembargador João Bôsco de Oliveira Seixas; Desembargador Baltazar Miranda Saraiva; Juíza de Direito Mabile Machado Borba; Juíza de Direito Lívia de Melo Barbosa, representante da AMAB; Jorge Medrado Júnior; Ruã da Silva Marques; Pedro Lúcio Silva Vivas; Anderson Batista Lopes; Felisberto Buriti de Sousa; João Eudes Alves Ferreira; Diva Maria de Jesus Roxinho Santos; José Romilson Mascarenhas; Leonice Santos Salgado; Rita de Cássia Casaes Araújo; Maíra Dantas Fernandes; Rafaela Florencio de Souza; e Jaqueline Ferreira Matos Barros Cotrim. **2. ABERTURA E EXPEDIENTE. 2.1. Discussão dos Pontos de Pauta. 2.2. Alinhamento sobre o acompanhamento das tarefas do NAI.** Inicialmente, foi esclarecido que os processos encaminhados para tramitação regular ou que aguardam manifestação de outras unidades deixarão de constar como pendências do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, permanecendo disponíveis para acompanhamento pela Comissão quando necessário. **2.2. Apresentação das atividades do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do NAI. 2.2.1. Plano Diretor de Acessibilidade e Inclusão 2026**. Foi apresentado o andamento das ações previstas no Plano Diretor de Acessibilidade e Inclusão 2026. Entre as atividades desenvolvidas, destacaram-se as vistorias realizadas em unidades judiciais e administrativas para avaliação das condições de acessibilidade, incluindo o levantamento efetuado no Fórum Cível de Lauro de Freitas, que passou por adequações, após a identificação de necessidades nos sanitários. O prédio possuía 16 banheiros e não contava inicialmente com sanitários acessíveis; algumas intervenções já foram realizadas e seguem sendo acompanhadas. Também foram informadas medidas voltadas à acessibilidade comunicacional, com disponibilização de intérpretes de Libras em eventos institucionais, mediante solicitação à ASCOM, que dispõe de contrato para a prestação do serviço. **2.3. Composição da equipe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão**. Foi apresentada à Comissão a servidora Rafaella Florêncio, que passou a integrar a equipe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. **2.4. Projeto Blitz da Acessibilidade**. Foi apresentado o Projeto Blitz da Acessibilidade, iniciativa de caráter educativo voltada à conscientização sobre o uso adequado das vagas de estacionamento reservadas às pessoas com deficiência. A ação prevê a realização de duas rondas diárias, nos turnos matutino e vespertino, para fiscalização da utilização das vagas reservadas, com registro fotográfico das placas dos veículos e identificação de eventuais situações de uso irregular. Será elaborado material educativo para divulgação junto aos usuários do Tribunal, com orientações sobre a correta utilização das vagas especiais e a importância do respeito aos direitos das pessoas com deficiência. **2.5. III Fórum de Discussão sobre Acessibilidade nos Tribunais de Justiça do Nordeste.** Foi apresentado o III Fórum de Discussão sobre Acessibilidade nos Tribunais de Justiça do Nordeste, promovido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Foi proposta a formação

de grupo de trabalho para organizar a apresentação do TJBA, reunindo membros atuais e pessoas que participaram da Comissão anteriormente, a fim de recuperar o histórico e sistematizar as realizações. O grupo será composto por Pedro Lúcio Silva Vivas, Maíra Dantas Fernandes, Diva Maria de Jesus Roxinho, Leonice Santos Salgado, João Eudes Alves Ferreira e José Romilson Mascarenhas. **2.6 Evento Novembro Negro PcD**. Foi informado que a atividade relacionada ao Novembro Negro e à pessoa com deficiência será realizada no dia 27 de novembro de 2026, das 9h às 12h, na Sala 309, com convite aberto aos integrantes da Comissão. Foi apresentado o tema relacionado às iniquidades sociais em saúde e saúde mental, sob perspectivas contracoloniais, considerando as intersecções entre raça e deficiência. Foram mencionados os participantes convidados e suas experiências profissionais nas áreas do Direito, Fisioterapia, Saúde Pública e temas correlatos. **3.1. Pendências das Unidades e Processos em Acompanhamento.** 2.2.1. Falta de acessibilidade da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Salvador. Foi informada que já foram realizadas melhorias na calçada de acesso à 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Salvador, considerando as limitações estruturais identificadas no imóvel, permanecendo em análise a solução definitiva. **3.1.1 Acompanhamento das ações de acessibilidade arquitetônica.** Foi ressaltada a importância de que os projetos arquitetônicos novos sejam avaliados desde a fase inicial sob a perspectiva da acessibilidade e do desenho universal, evitando correções onerosas após a execução das obras. A representante da área de Projetos/Engenharia, Jaqueline Cotrim, destacou que erros de acessibilidade podem decorrer de detalhes técnicos, como altura e posicionamento de barras de apoio, corrimãos e dimensões de circulação. Reforçou-se a necessidade de participação efetiva dos engenheiros e arquitetos nas capacitações sobre acessibilidade arquitetônica. Foi sugerido que os projetos de novas obras sejam submetidos previamente à análise da área de acessibilidade, de modo a permitir manifestação técnica e prevenção de inadequações. Foi discutida a utilização de checklists de acessibilidade e a necessidade de tornar parte das orientações mais simples e compreensíveis para administradores e profissionais que não atuam diretamente na área técnica, sem prejuízo dos requisitos que dependem de medidas e especificações especializadas. Foi destacado que a verificação não deve ocorrer apenas ao final da obra: o acompanhamento precisa acontecer desde as etapas iniciais e durante a execução, para evitar demolições, retrabalho e aumento de custos. Foi relatada a elaboração de relatórios de vistoria das comarcas, com levantamento minucioso das barreiras identificadas. Também foi informado que se iniciou a preparação de projetos de adequação para seis comarcas, com previsão de continuidade após a conclusão dessa etapa. Os participantes ressaltaram a importância de sensibilizar magistrados e administradores das unidades quanto à prioridade da acessibilidade e de fortalecer a comunicação entre a Comissão, o NAI e as equipes de engenharia e obras. Foi pontuada a necessidade de avaliar as soluções de forma integrada, considerando diferentes tipos de deficiência e evitando que uma intervenção destinada a atender determinado público crie barreiras para outro, a exemplo da implantação de sinalização tátil em espaços de circulação. **3.1.2 Instalação de Plataforma elevatória no Auditório Only Silva.** O estudo do DFD concluiu que a intervenção mais viável é a construção da rampa de acesso da platéia para o palco. **3.1.3 Projeto Piloto Mapa virtual interativo**: foi relatada a realização de reunião técnica para estudar a implantação de um projeto-piloto e definir a forma de execução. **3.1.4 Elevador do Plenário**. Foi destacada a necessidade de readequação de todos os elevadores. **3.1.5 Vagas especiais na Rua Tingui.** Foi informado que a criação de vaga reservada depende de providência junto à Prefeitura, por se tratar de área sob sua responsabilidade. A demanda deverá ser encaminhada ao órgão competente. **3.1.6 Óculos de realidade virtual para as bibliotecas do TJBA.** Foi informado que o processo destinado à aquisição de óculos

de realidade virtual para as bibliotecas, encontra-se na fase de planejamento da contratação. A equipe designada está realizando levantamento das especificações técnicas e verificando, junto à área de Tecnologia da Informação, eventuais necessidades de licenciamento e compatibilidade tecnológica, para posterior pesquisa de preços e autorização de aqiusição. **4. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS. 4.1 Acessibilidade arquitetônica**: manter o acompanhamento das vistorias, das adequações já iniciadas e dos projetos de acessibilidade, priorizando a análise preventiva de novas obras e a participação das equipes de Engenharia e Arquitetura nas capacitações. Aperfeiçoar os instrumentos de verificação para que sejam compreensíveis aos administradores das unidades e utilizados também durante as etapas de execução das obras; dar continuidade aos projetos de adequação das comarcas. **4.2 Intervenções específicas**: acompanhar a conclusão dos projetos de sanitários acessíveis, a rampa do auditório, o projeto-piloto do mapa virtual interativo, as soluções para a Primeira Vara e as readequações dos elevadores. **4.3 Vaga na Rua Tingui:** encaminhar a demanda ao órgão competente da Prefeitura. **4.4 Óculos de realidade virtual:** prosseguir com a validação das especificações junto à área de Tecnologia, seguida da pesquisa de preços e dos trâmites para autorização da aquisição. **4.5 III Fórum regional**: realizar a coleta prévia de informações e organizar grupo de trabalho para preparar a apresentação institucional, incluindo a contribuição de membros e ex-membros da Comissão. **4.6 Vagas reservadas**: efetuar o lançamento da Campanha Blitz da Acessibilidade no Evento Novembro Negro PCD. Estruturar campanha educativa e avaliar os procedimentos de registro e encaminhamento das ocorrências; considerar estudo sobre o quantitativo de pessoas com deficiência e idosos e a distribuição das vagas nos prédios do Tribunal. **4.7 Novembro Negro PCD**: dar continuidade à organização da atividade prevista para 27 de novembro de 2026, das 9h às 12h, na Sala 309. **4.8. Próxima reunião**: não haverá reunião formal em novembro, sendo todos os integrantes convidados a participar do Evento Negro PCD. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata para os devidos registros e assinatura do Presidente da Comissão.

*(assinado eletronicamente)*

**Desembargador Rilton Góes Ribeiro**

**Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

Documento assinado eletronicamente por **RILTON GOES RIBEIRO**, **Desembargador**, em 04/11/2026, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tjba.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1664730** e o código CRC **32374241**.

| | |
|---|---|
| **Referência:** Processo nº 80520948.000104/2026-22 | SEI nº 1664730 |